

ALOCAÇÃO DE RECURSOS AO ESPORTE E SEUS IMPACTOS

Por Giovanna Oliveira

O esporte é um dos meios de lazer para cerca de 40% da população brasileira, das que praticam educação física. A aquisição de fundos para o esporte é realizada em meio de arrecadações de instituições como Renner, Vale, Cielo, etc. Isto tudo é possível através da Lei de Incentivo ao Esporte incentivada pelo Ministério da Educação.

Conforme os dados levantados pelo Ministério da Educação em janeiro de 2025 cerca de R\$ 11 milhões de reais foram arrecadados para incentivar a atividade esportiva em território nacional, sendo as regiões que mais contribuem para este desenvolvimento: Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Estes recursos captados pela lei são levados a proponentes específicos que auxiliam para a elevação da qualidade de educação esportiva no país, alguns deles são:

- Instituto Stock – responsável por fortalecer o automobilismo nacional;
- Instituto Imagem – visa projetos esportivos e culturais Capacitação Criação de plano de negócio no esporte;
- Instituto BrBrasil – desenvolvendo a sociedade via ações sociais no âmbito Esportivo.



NESTA EDIÇÃO

[Alocação de recursos ao esporte e seus impactos](#)

[Do Piso Salarial de Enfermagem até a Reforma Tributária: Entenda a tramitação das PECs](#)

[Projeto de Lei promove saúde mental plena para corpos trans e travestis](#)

[O que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito e seus principais aspectos dentro do sistema público?](#)

Estas instituições são exemplos de entes institucionais de maioria não governamental e sem fins lucrativos que buscam desenvolver o esporte em suas comunidades, propondo que pessoas que não possuam condições financeiras consigam praticá-los.

Por mais que o capital arrecadado no início de 2025 tenha sido de milhões, isto não impactou necessariamente em melhorias diretas neste setor, o Brasil necessita além de maiores condições para que estas práticas sejam realizadas. Durante as Olimpíadas de 2024 foi realizado uma análise, em várias entrevistas das condições em que os atletas se submetiam para conseguir realizar seus treinos, como a Rayssa Leal que aprendeu a andar de skate pelas ruas de sua cidade e o Alison dos Santos que no projeto social “Correndo para Vencer” e após foi convidado para participar do Instituto Edson Luciano Ribeiro, conquistando alguns anos depois a uma medalha para o Brasil.



Reprodução: Depositphotos

Portanto, estas instituições sem fins lucrativos são de grande necessidade para a cultura do esporte dentro da população, porém a alocação de recursos tem maior e mais imposta a estrutura dos locais de treino dos atletas brasileiros para que a preparação de todos consigam ser visíveis internacionalmente pelas outras nações. Em muitas faculdades públicas o esporte é uma área muito restrita aos estudantes, fazendo com que a maioria não consiga praticá-los dentro do campus, já no dia a dia é visível que muitos não praticam por questões de tempo e de acessibilidade para o esporte.

Por Bruno Augusto

DO PISO SALARIAL DE ENFERMAGEM ATÉ A REFORMA TRIBUTÁRIA: ENTENDA A TRAMITAÇÃO DAS PECS



Reprodução: Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados.

A Proposta de Emenda Constitucional (**PEC**) é uma **medida que visa a modificação, acréscimo ou supressão de uma norma originária do poder constituinte**. Desde 1988 os brasileiros possuem sob vigência a Constituição Cidadã, responsável pela garantia de direitos civis e pela promoção do exercício democrático. As PECs buscam, por meio legal, a atualização do texto constituinte original, seguindo uma série de normas internas. Essas medidas podem ser apresentadas pelo Presidente da República, $\frac{1}{3}$ da Câmara dos Deputados (representa 171 Deputados), $\frac{1}{3}$ do Senado Federal (representa 27 Senadores) e por mais da metade das assembleias legislativas. A tramitação da PEC começa na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), quando apresentada na Câmara, onde se analisa o caráter de admissibilidade da proposta. **Há uma série de cláusulas constitucionais que a proposta não pode violar, como: o voto direto, secreto, universal e periódico; a forma federativa de Estado e a separação dos Poderes.** Caso aprovada na CCJC, o mérito da PEC é analisado em uma comissão especial, podendo ser alterada.

Após análise, a proposta segue para votação no Plenário. A aprovação depende dos votos favoráveis de $\frac{3}{5}$ dos deputados (308), em dois turnos de votação. Passado o momento de votação em uma das Casas, o texto é enviado para a segunda Casa. **Caso a proposta seja aprovada, sem alterações do material original, em ambas as análises, é promulgada como Emenda Constitucional em sessão do Congresso Nacional.** Caso haja alteração substancial, a proposta necessariamente precisa voltar à Casa onde começou a tramitar.

PEC 11/2022

A PEC 11/2022, proposta pelo Senado Federal, instituiu a lei que estabelece piso salarial nacional dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras. A promulgação da PEC ocorreu em julho de 2022, sob o mandato do ex-presidente da República Jair Bolsonaro e do ex-presidente da Câmara, Arthur Lira.

PEC 45/19

O texto que deu origem à Emenda Constitucional 132, foi promulgado em dezembro de 2023. Esta foi a primeira grande reforma acerca do sistema tributário nacional, desde a implementação da Constituição Federal de 1988.

Por Giovanna Oliveira

O QUE É UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) E SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS DENTRO DO SISTEMA PÚBLICO?

O que é uma CPI?

A CPI também chamada de Comissão Parlamentar de Inquérito é uma Comissão temporária realizada pelas casas legislativas, estas são criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da legislatura, ou antes, dele, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração.

Esta comissão pode ser criada por meio de requerimento das 3 casas (Câmara, Senado ou Congresso) e também pode ser realizada de forma mista, ou seja, os parlamentares de diferentes casas podem participar da mesma comissão. Em qualquer dos casos, vai ser necessário que o requerimento seja assinado por $\frac{1}{3}$ dos membros das Casas (27 senadores e 171 deputados).

O que a CPI é responsável?

Segundo a legislação brasileira e o Regulamento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) a CPI é responsável por investigar fatos concretos e determinados, e não podem realizar ações de cunho judicial, por exemplo, determinar medidas cautelares (prisões provisórias, indisponibilidade de bens, arresto e sequestro) ou expedir mandado de busca e apreensão em domicílios; apreender passaporte; determinar a interceptação telefônica (escuta ou grampo).

Algumas características das comissões de Inquérito são:

- Angaria poderes investigativos de autoridades judiciais;
- Não podem estar ocorrendo mais de 5 CPIs simultaneamente;
- Prazo certo (120 dias prorrogáveis por mais 60 ou fim da legislatura);
- Parecer final pode ser encaminhado para responsabilização civil-criminal;
- Podem ser instaladas conjuntamente ao Senado Federal: CPIMs; e
- Fato determinado: é um ato de relevante interesse para a vida pública e ordem constitucional, legal, econômica e social do país.

Estas comissões são de grande relevância dentro do âmbito legislativo, pois as sessões contêm de temas que atingem diretamente a população, como as CPI da BETS que buscou o fim/regularização dos jogos de apostas, além de prevenir a ludopatia, tratar os viciados e contribuir para a regulamentação do setor de apostas. Outra CPI importante foi a da COVID para processar e punir crimes contra a saúde pública, entre eles a suposta disseminação intencional da doença por autoridades federais.

Por Bruno Augusto

PROJETO DE LEI PROMOVE SAÚDE MENTAL PLENA PARA CORPOS TRANS E TRAVESTIS

A deputada Erika Hilton (PSOL/SP) propôs o Projeto de Lei 130/2025, em 3 de fevereiro, visando a criação de uma política pública de saúde mental, com foco em pessoas trans e travestis. O texto prevê a implementação de ambulatórios de atendimento para este público em todas as capitais do Brasil e em cidades com mais de 200 mil habitantes, oferecendo atendimento adequado e especializado.

Dentre os objetivos propostos, destaca-se a ampliação do acesso de pessoas trans e travestis aos serviços de saúde mental do SUS; a garantia ao direito à saúde integral, humanizada e de qualidade; e, medidas para preservar a identidade de pessoas trans, garantindo o respeito ao nome social escolhido pela pessoa.



Reprodução: Antonio Araújo/Câmara dos Deputados.

O texto também proíbe a realização forçada de tratamentos e testes baseados única e exclusivamente em sua orientação sexual ou identidade de gênero. A deputada apontou como a discriminação de gênero é um dos principais fatores para o adoecimento mental dentro da comunidade LGBTQIA+, além da falta de suporte familiar e de amigos.

O projeto segue para análise em caráter conclusivo pelas comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; de Saúde; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FIQUE SABENDO 🔍

Tudo o que você precisa ler para se manter atualizado

CLIQUE PARA SABER +

- Bolsonaro réu: entenda por que ex-presidente está sendo julgado
- Trem-bala SP-Rio pode ser concluído em tempo recorde, com passagem de R\$ 500



Lula critica PL da Anistia, mas nega ter falado sobre com Hugo e Alcolumbre

Janja 'vai continuar fazendo o que ela gosta', diz Lula após críticas sobre ida ao Japão

Spoilers do STF sobre a ação penal contra Bolsonaro



@projetopoliteia



@projetopoliteia



Projeto Politeia



contatopoliteiaunb@gmail.com



P O L I T E I A

Projeto de Simulação do Sistema Legislativo Brasileiro